

Afeto, pós-memória e resistência no discurso testemunhal: uma análise linguístico discursiva do relato de Nair Kobashi

Affect, Postmemory, and Resistance in Testimonial Discourse: A Linguistic-Discursive Analysis of Nair Kobashi's Testimony

Raquel Abreu-Aoki

Universidade Federal de Minas Gerais
(UFMG) | Belo Horizonte | MG | BR
raquelabreuaoiki@ufmg.br
<https://orcid.org/0000-0002-3578-8593>

Andréa Machado de Almeida Mattos

Universidade Federal de Minas Gerais
(UFMG) | Belo Horizonte | MG | BR
andreamattos@ufmg.br
<https://orcid.org/0000-0003-3190-7329>

Resumo: Este artigo propõe uma análise discursiva do testemunho de Nair Yumiko Kobashi, ex-presa política durante a ditadura militar brasileira, com base no capítulo “Pequenas estratégias de sobrevivência”, publicado na coletânea *Tiradentes: um presídio da ditadura* (Freire; Almada; Ponce, 1997). A investigação focaliza a mobilização dos afetos como estratégia argumentativa e como um meio de resistência simbólica, observando como o discurso da autora ressignifica a experiência da prisão por meio da valorização da solidariedade, do humor e do cotidiano compartilhado entre as detentas. O objetivo é compreender de que forma a linguagem sustenta e performa esse contradiscurso, ativando a memória como forma de resistência simbólica e política. A análise apoia-se nas contribuições de Christian Plantin (2010), Veena Das (2007), Michael Pollak (1989), Marianne Hirsch (1992-93) e Ruth Amossy (2008), articulando as noções de tópicos da emoção, memória subterrânea, pós-memória e *ethos* discursivo. Conclui-se que o testemunho de Kobashi constitui um (contra)discurso de resistência que inscreve na cena pública uma memória sensível e ética da repressão, projetando um legado pós-memorial que interpela o presente e as futuras gerações.

Palavras-chave: testemunho; ditadura civil-militar; discurso de resistência; memória; pós-memória.

Abstract: This paper proposes a discursive analysis of the testimony of Nair Yumiko Kobashi, a former political prisoner during the Brazilian military dictatorship, based on the chapter “*Pequenas estratégias de sobrevivência*” (Small strategies for survival), published in



the edited collection *Tiradentes: um presídio da ditadura* (*Tiradentes: A prison from the dictatorship era*) (Freire; Almada; Ponce, 1997). The investigation focuses on the mobilization of affects as an argumentative strategy and as a means of symbolic resistance, observing how the author's discourse reframes the experience of imprisonment through the valorization of solidarity, humor, and the daily life shared among the inmates. The objective is to understand how language supports and performs this counter-discourse, activating memory as a mode of symbolic and political resistance. The analysis is based on the contributions of Christian Plantin (2010), Veena Das (2007), Michael Pollak (1989), Marianne Hirsch (1992-93), and Ruth Amossy (2008), articulating the notions of topics of emotion, subterranean memory, postmemory, and discursive *ethos*. We conclude that Kobashi's testimony constitutes a (counter)discourse of resistance that inscribes a sensitive and ethical memory of repression in the public scene, projecting a postmemorial legacy that interpellates the present time and the future generations.

Keywords: testimony; military dictatorship; discourse of resistance; memory; postmemory.

1 Introdução

Durante a ditadura civil-militar brasileira (1964–1985),¹ o presídio Tiradentes, localizado na cidade de São Paulo, foi reconfigurado como um dos principais centros de detenção de opositores do regime. Inicialmente concebido como uma prisão comum, o espaço passou a abrigar “homens e mulheres de todo país (sic), operários, camponeses, estudantes, professores, padres, freiras, políticos (...)” e outros sujeitos considerados subversivos pelo Estado (Ponce, 1997, p. 21).

A experiência do cárcere nesse local foi registrada na obra *Tiradentes: um presídio da Ditadura* (1997), organizada por Alípio Freire, Izaías Almada e José Adolfo de Granville Ponce, publicada pela Editora Scipione Cultural. Com mais de quinhentas páginas, o livro reúne relatos de homens e mulheres que viveram a experiência da prisão política naquele presídio, compondo um amplo mosaico de memórias sobre o cotidiano do encarceramento. Segundo os organizadores, trata-se de “um retrato da ditadura militar do ponto de vista do cotidiano dos presos políticos” (Freire; Almada; Ponce, 1997, p. 21).

¹ Nesta pesquisa, com base em Marcos Napolitano (2018) e Carlos Fico (2014), parte-se do princípio de que a ditadura militar se manteve até 1985.

Publicado em 1997, no contexto da redemocratização e do fortalecimento das lutas por memória, verdade e justiça no Brasil, o volume tem como objetivo explícito inscrever na esfera pública narrativas historicamente silenciadas durante o regime autoritário. Organizada por ex-presos políticos e militantes da memória, a obra articula testemunhos individuais, registros do cotidiano carcerário e reflexões políticas, configurando-se como um marco na produção testimonial sobre a ditadura civil-militar brasileira. Ao lado de outros livros de memória publicados nas décadas de 1990 e 2000, passou a circular amplamente em espaços acadêmicos, educativos e militantes, contribuindo para a consolidação de uma política da memória baseada no testemunho e na transmissão intergeracional da experiência da repressão.

As narrativas contidas na obra, ao entrelaçarem memórias pessoais, reflexões políticas e manifestações afetivas, não se limitam à denúncia das atrocidades do regime, embora essa dimensão esteja presente. Em grande parte, revelam práticas de resistência cotidiana, como a troca de cartas, o compartilhamento de receitas, gestos solidários entre os encarcerados.

Importa destacar que essa multiplicidade de registros, como observam Raquel Abreu-Aoki e Nair Kobashi (2025), não implica que os indivíduos que viveram na mesma época tenham compartilhado experiências semelhantes. Pelo contrário, a diversidade de respostas reflete a pluralidade de vivências e interpretações. As memórias reunidas no livro não constituem um consenso homogêneo, mas sim uma variedade de perspectivas sobre o período ditatorial. Nesse sentido, os testemunhos ali presentes contribuem para a memória coletiva brasileira, documentando e divulgando as experiências das vítimas como um contraponto à narrativa oficial, que minimizava ou ocultava as atrocidades do regime.

Uma ala específica desse presídio foi reservada às presas políticas: a chamada Torre das Donzelas.² Embora representassem uma minoria numérica entre os presos políticos, as mulheres ali confinadas constituíram um coletivo coeso e politicamente ativo, criando formas de resistência que combinavam afetividade, cuidado mútuo e engajamento político.

É nesse contexto que se insere o capítulo *Pequenas estratégias de sobrevivência*, escrito por Nair Yumiko Kobashi, ex-presa política durante a ditadura. Nascida em Uraí, no Paraná, em 1947. Kobashi foi presa em fevereiro de 1972, na cidade de São Paulo, quando era estudante universitária e militava no PCdoB, tendo sido solta em outubro do ano seguinte. Atualmente é professora sênior na Escola de Comunicação e Artes da USP. (Freire; Almada; Ponce, 1997). Seu testemunho documenta as múltiplas formas de violência física e psicológica às quais as mulheres foram submetidas durante o encarceramento, mas também revela os modos como resistiram, reconstruíram vínculos afetivos e elaboraram práticas coletivas de cuidado e solidariedade.

Como apontam estudos sobre a repressão de gênero durante o período ditatorial (Lins, 2019), as mulheres encarceradas enfrentavam uma forma específica de violência: eram duplamente disciplinadas – enquanto militantes políticas e enquanto figuras que rompiam com os papéis sociais atribuídos à feminilidade. Nesse sentido, o testemunho de Kobashi lança luz sobre uma dimensão particular da memória da prisão política: aquela que se constrói a partir do corpo feminino afetado e resistente.

Neste artigo, concentramo-nos na análise do capítulo de Nair Kobashi, compreendendo-o como parte de uma memória de gênero que resgata não apenas o sofrimento vivenciado

² TORRE DAS DONZELAS. Direção: Susanna Lira. São Paulo: Modo Operante Produções, 2018. 1 vídeo (documentário, 92 min), son., color. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/torre-das-donzelas/t/5p9sXM2wvw/>. Acesso em: 18 maio 2025.

na prisão, mas também os gestos sutis e profundos de resistência encarnados na experiência feminina do cárcere político. Trata-se de um registro que expressa, de modo sensível e contundente, a vitalidade de mulheres que, mesmo sob o impacto da violência do regime, encontraram formas de preservar sua dignidade e sua conexão com a vida. Nesse processo, o discurso testemunhal configura-se como espaço de insurgência da memória – uma forma de dizer que resiste à tentativa de apagamento histórico e, por isso mesmo, também uma possibilidade de pós-memória para as gerações seguintes.

A investigação concentra-se na mobilização dos afetos como estratégia discursiva de resistência, observando como a autora reorganiza sua experiência por meio da valorização das relações interpessoais, do humor e das rotinas partilhadas no cárcere. O objetivo é compreender de que forma a linguagem sustenta e performa esse contradiscurso, ativando a memória como forma de resistência simbólica e política. Para isso, recorreremos a uma abordagem teórico-metodológica que combina fundamentos da análise do discurso com os estudos da memória e do trauma.

Do ponto de vista teórico, adotamos as contribuições de Christian Plantin (2010), cuja teoria das *tópicas da emoção* permite compreender como os afetos operam como argumentos no tecido do enunciado, e de Ruth Amossy (2008), que propõe o conceito de *ethos discursivo* como elemento estruturante da credibilidade e da posição enunciativa do sujeito testemunhal. Além disso, no campo dos estudos sobre memória e violência, mobilizamos as reflexões de Michael Pollak (1989), com o conceito de *memória subterrânea*; de Veena Das (2007), sobre a inscrição do trauma no cotidiano ferido; de Marianne Hirsch (1992-93; 2012), com a noção de *pós-memória*; e de Andréa Mattos (2023), que discute as implicações éticas e políticas da escuta e da circulação de testemunhos de eventos traumáticos.

Este estudo insere-se, assim, nos debates contemporâneos sobre memória, linguagem e resistência, assumindo que o testemunho não apenas rememora vivências traumáticas, mas também produz sentidos ético-políticos sobre o passado, que interpelam o presente e continuam a reverberar nas gerações futuras. Ao analisarmos uma narrativa estruturada por afetos, gestos cotidianos e silêncios expressivos, propomos compreender o discurso como campo de agência e a linguagem como forma de reinscrição da memória – sensível, coletiva e insurgente – no espaço público.

2 A elaboração discursiva do trauma: testemunho, memória e transmissão

Nesta seção, exploramos como o depoimento de Nair Yumiko Kobashi, sobrevivente da repressão durante a ditadura civil-militar brasileira, torna-se um ato de resistência simbólica e política. Por meio da noção de “memória subterrânea” de Michael Pollak (1989), analisamos como memórias marginalizadas desafiam discursos oficiais e permitem o surgimento de vozes subalternas. A perspectiva de Veena Das (2007), que propõe que o trauma seja reconfigurado nas rotinas cotidianas, também é abordada, assim como as contribuições de Shoshana Felman e Dori Laub (1992), que enfatizam a importância da escuta ativa no ato de testemunhar. Além disso, apresentamos também o conceito de “pós-memória” de Marianne Hirsch, que descreve como as gerações subseqüentes herdaram e reinterpretaram traumas históricos por meio de narrativas e artefatos.

2.1 Memória subterrânea e o cotidiano como forma de resistência

A experiência do testemunho carrega em si uma tensão fundamental: ao mesmo tempo em que busca dar forma a um passado traumático, revela os limites da linguagem para narrar o inenarrável (Seligmann-Silva, 2008). No caso dos testemunhos produzidos por sobreviventes de contextos de violência política – como os oriundos da repressão vivida nos porões da ditadura civil-militar brasileira – essa tensão adquire contornos ainda mais complexos. Tais narrativas não apenas documentam sofrimento e resistência, mas operam como gestos políticos de enunciação e de preservação da memória, tensionando as fronteiras entre o que pode ser dito e aquilo que resiste à nomeação.

Michael Pollak (1989), ao investigar a relação entre memória e identidade, introduz o conceito de *memória subterrânea*, referindo-se às formas de lembrança que permanecem marginalizadas, reprimidas ou silenciadas pelos discursos oficiais e dominantes. Essas memórias, por não corresponderem às versões institucionalizadas da história, são socialmente desautorizadas ou invisibilizadas. No entanto, resistem ao esquecimento e, em determinados contextos discursivos, emergem para contestar os enquadramentos hegemônicos do passado. A *memória subterrânea*, nesse sentido, atua como forma de resistência simbólica que desafia o monopólio da história oficial e possibilita a emergência de outras vozes – especialmente aquelas associadas a grupos historicamente subalternizados.

No testemunho de Nair Yumiko Kobashi, observa-se essa lógica subterrânea da memória, pois sua narrativa não se limita à denúncia objetiva da repressão, mas recusa a simplificação do trauma ao reivindicar a complexidade da experiência vivida – uma experiência na qual dor e afeto, sofrimento e solidariedade, confinamento e criatividade coexistem. Ao narrar práticas cotidianas, como os gestos de cuidado entre as presas, as estratégias de humor e as redes de apoio afetivo, a autora atualiza uma memória silenciada que insiste em permanecer viva. Trata-se de uma forma de inscrever o trauma não apenas como ferida, mas também como construção de sentido.

Essa ambivalência – entre dor e vida – é central na obra de Veena Das (2007), que propõe uma reconfiguração da compreensão tradicional da violência. Para Das (2007), a violência não deve ser entendida unicamente como um evento espetacular ou excepcional, mas como algo que se infiltra no cotidiano, transformando a linguagem, os vínculos e os modos de vida dos sujeitos. A autora introduz a ideia de “descer ao ordinário”,³ isto é, de observar como os traumas coletivos são absorvidos, metabolizados e reelaborados nas práticas cotidianas. Em vez de romper definitivamente com a vida, o trauma pode ser reconfigurado nas rotinas, nos silêncios, nos pequenos gestos – como forma de resistência à destruição simbólica.

No caso do testemunho de Kobashi, essa dinâmica está presente nas pequenas “estratégias de sobrevivência” descritas ao longo do capítulo. Ao relatar, por exemplo, que as mulheres organizavam suas celas como “casas” ou que compartilhavam a preparação da comida e trocavam palavras de afeto e humor, a narrativa revela como a linguagem afetiva torna-se um mecanismo simbólico para reencenar a dor e dar-lhe contorno compartilhável. Esses gestos, aparentemente simples, constituem dispositivos de reintegração da vida ferida – aquilo que Das (2007) interpreta como possibilidade de continuar existindo sem apagar a memória do trauma.

³ Tradução nossa, assim como em todos os demais trechos traduzidos a partir de originais em língua estrangeira neste texto. No original: “[...] descent into the ordinary” (Veena Das, 2007, p. 7).

O desafio de narrar o trauma, no entanto, implica reconhecer que nem toda experiência traumática é inteiramente representável. Como explica Marcos Guterman (2020), é difícil saber o que realmente aconteceu:

Nem tudo pode ser dito, seja porque a experiência do sobrevivente envolve situações incompreensíveis, extremamente dolorosas ou moralmente abjetas, seja porque há o imenso fardo de ter sobrevivido, enquanto toda a família e todos os amigos pereceram, seja porque a memória, afinal, é muitas vezes o repositório não de fatos concretos, mas de traumas insuperáveis (Guterman, 2020, p. 11).

Nesse ponto, é fundamental recorrer à contribuição de Shoshana Felman e Dori Laub (1992), que, ao analisarem os testemunhos de sobreviventes do Holocausto, tecem uma reflexão sobre os limites e as condições do ato de testemunhar. Para esses autores, o testemunho não se reduz a um simples relato factual. Trata-se de um processo discursivo no qual o sujeito não apenas rememora, mas também constrói uma narrativa possível sobre um evento que, muitas vezes, ultrapassa os limites da linguagem. Em outras palavras, o testemunho é uma tentativa de dizer o que, por definição, resiste à nomeação plena.

O psicólogo Jerome Bruner (1986, 2002) afirma que narrativas e histórias fazem parte de nossas vidas desde a mais tenra idade e nosso relacionamento com elas continua para sempre, ao ponto de narrativas e histórias se tornarem uma forma de pensar, uma forma de organizar e compreender nossas próprias experiências e aquelas de outras pessoas. No entanto, Felman e Laub (1992) propõem que o trauma radical rompe com a capacidade simbólica do sujeito, interrompendo sua narrativa interior. Por isso, o ato de testemunhar requer, além da voz que narra, uma escuta comprometida. Essa escuta, por sua vez, é parte constitutiva do testemunho – e não apenas seu destino.

A função ética do outro que escuta é essencial para a reconfiguração do trauma como linguagem. No caso de Kobashi, ao incorporar afetos, gestos cotidianos e vínculos solidários em sua narrativa, ela não apenas resiste ao silenciamento histórico, mas também reativa uma memória subterrânea que mobiliza a escuta ativa do leitor, convidando-o à coautoria dessa memória. Assim, o testemunho de Nair Yumiko Kobashi se estrutura não apenas como uma fala sobre o passado, mas como ato performativo de resistência discursiva, no qual o trauma é enfrentado, compartilhado e reconfigurado por meio da linguagem afetiva e da memória insurgente.

A abordagem da memória subterrânea e da inscrição do trauma no cotidiano permite compreender como o testemunho de Nair Kobashi não apenas narra a dor vivida, mas elabora simbolicamente essa experiência por meio da linguagem e dos afetos partilhados. Contudo, os efeitos do testemunho não se restringem ao momento da enunciação original. Sua força discursiva projeta-se para além do tempo vivido, instaurando um legado capaz de interpelar outras gerações. A esse deslocamento da memória vivida para a memória herdada e relacional, vinculada a processos de recepção e escuta, dá-se o nome de *pós-memória*. Na seção seguinte, exploramos como esse conceito, aliado à noção de ética da escuta, amplia a compreensão do testemunho como herança discursiva e dispositivo de resistência histórica.

2.2 Pós-memória: o testemunho como herança discursiva

O conceito de pós-memória, também conhecido como memória inter/transgeracional (Braga, 2023), tem sido amplamente usado hoje em dia em pesquisas realizadas em várias áreas do conhecimento e se inscreve nos chamados Estudos de Memória. Ana Oliveira (2018) afirma que “a temática da memória tem vindo a despertar interesse nas Ciências Sociais desde há vários séculos; mas foi no século XX que esta se transformou num dos conceitos centrais e de maior destaque desta área de estudo” (Oliveira, 2018, p. 268), tornando-se também um ponto de encontro interdisciplinar entre pesquisadores interessados das áreas da cultura, da política e das humanidades.

A noção de pós-memória, proposta por Marianne Hirsch (1992-93, 2012, dentre outros trabalhos da autora), descreve a relação existente entre duas gerações que vivenciaram traumas históricos de formas diferentes mas interligadas. A primeira geração vivencia o trauma diretamente, como experiência própria que se inscreve na memória. A geração seguinte, no entanto, não vivencia o trauma diretamente, mas apenas por meio dos relatos presentes nas histórias, narrativas e artefatos (fotos, objetos) da geração anterior, como pós-memória. Para Hirsch (1997), a pós-memória se refere à “experiência daqueles que crescem dominados pelas narrativas que precederam seu nascimento” (Hirsch, 1997, p. 22).⁴ Andréa Mattos e Mariana Coura (2021) esclarecem que, “para a autora, a pós-memória está sempre ligada a eventos traumáticos acontecidos no passado” (p. 192), diferentemente da noção de memória coletiva (Halbwachs, 2006) que se traduz pelas tradições, costumes e experiências de um determinado grupo.

Hirsch (1997), no livro *Family Frames*, sua primeira obra sobre o assunto, explica que pós-memória não é memória nem história, pois “se distingue da memória pela distância geracional e da história por profunda conexão pessoal” (Hirsch, 1997, p. 22).⁵ Compreendemos, então, que a pós-memória “é formada indiretamente por eventos históricos traumáticos que aconteceram no passado, mas que ainda produzem efeitos no presente” (Mattos; Caetano, 2019, p. 179).

A pós-memória, assim, constitui uma chave teórica fundamental para compreender os efeitos transgeracionais da violência política e a forma como o trauma pode ser transmitido para além da geração que o vivenciou diretamente. Hirsch propõe que os filhos e descendentes de sobreviventes de grandes traumas históricos – como o Holocausto, a escravidão, ou, no caso brasileiro, a ditadura – não apenas “herdam” lembranças, mas constroem uma relação afetiva e imaginativa com esses acontecimentos, ainda que não os tenham experienciado diretamente. Essa herança é mediada por narrativas, imagens e afetos que produzem implicações subjetivas profundas.

É nesse horizonte que o testemunho de Nair Yumiko Kobashi ultrapassa a esfera de uma experiência individual e se inscreve no campo da *memória partilhada*. Ao narrar a prisão não apenas como espaço de dor, mas também como lugar de elaboração coletiva, de práticas de cuidado e de resistência silenciosa, sua narrativa se configura como um legado discursivo. Tal legado é capaz de interpelar gerações posteriores e se tornar referência na construção de uma memória coletiva crítica, antiautoritária e ética.

⁴ No original: “[...] experience of those who grow up dominated by narratives that preceded their birth [...]” (Hirsch, 1997, p. 22).

⁵ No original: “[...] distinguished from memory by generational distance and from history by deep personal connection” (Hirsch, 1997, p. 22).

A forma como Kobashi estrutura seu discurso reforça esse alcance: ao narrar situações de partilha cotidiana – “compartilhávamos as mesmas celas”, “o dia, longos dias, que tentávamos preencher com atividades possíveis: leitura, crochê, xadrez (...) e muita conversa” (Kobashi, 1997, p. 310) – e ao mobilizar afetos por meio do humor: “acho graça quando penso que... arrumamos nossas tralhas para ‘mudar de casa’” (Kobashi, 1997, p. 311), ela cria um campo de identificação que permite ao leitor afetar-se por uma experiência que não viveu. A pós-memória, nesse caso, manifesta-se como experiência de implicação subjetiva, na qual o testemunho se transforma em elo entre passado e presente, e a linguagem afetiva se torna vetor de engajamento político.

Essa dimensão também implica uma ética da recepção, entendida como uma responsabilidade assumida diante da palavra testemunhal. O leitor é convocado não apenas a escutar o relato, mas a reconhecer a fragilidade e a singularidade da experiência narrada, acolhendo-a sem reduzi-la a um dado histórico objetivo, nem submetê-la a processos de banalização ou consumo simbólico da dor. Nessa perspectiva, a transmissão do trauma não se esgota na denúncia das violências sofridas, mas se transforma em um gesto de cuidado com o passado, entendido aqui como a preservação ética da experiência narrada, em consonância com a ética da escuta proposta por Felman e Laub (1992) e com a noção de responsabilidade diante da memória traumática discutida por Hirsch (2012).

Nesse sentido, os registros de Kobashi evidenciam uma memória sensível, sustentada por práticas de afeto e solidariedade que mantinham viva a esperança mesmo em condições de repressão externa. Nesta passagem, por exemplo, a autora relata que “trocavam-se muitas cartas: com famílias, os amigos do mundo, os meninos presos no Carandiru, as companheiras em liberdade. Ainda tenho guardadas as que recebi. Nelas fala-se de tudo: dos amores, das dores, dos filhos, do mundo, dos sonhos, da nossa fé na transformação do mundo” (Kobashi, 1997, p. 311).

Ao tornar o sofrimento transmissível por meio da linguagem sensível e partilhável, Kobashi contribui para a consolidação de uma política da memória que resiste ao apagamento e sustenta o compromisso com a história.

As reflexões desenvolvidas até aqui evidenciam que o testemunho de Nair Yumiko Kobashi opera como espaço de elaboração simbólica do trauma, articulando memória, afetos e resistência discursiva. Ao inscrever-se como voz sobrevivente que compartilha gestos cotidianos e vínculos solidários, sua narrativa desafia os limites do narrável e projeta sentidos que ultrapassam o tempo do acontecimento, na medida em que transforma a experiência traumática em uma memória partilhável, capaz de produzir identificação, implicação afetiva e responsabilidade ética em leitores que não vivenciaram diretamente os eventos narrados. Desse modo, o testemunho interpela também as gerações posteriores, constituindo-se como vetor de pós-memória.

Diante desse arcabouço conceitual, passamos, a seguir, à análise do testemunho em sua materialidade linguístico-discursiva, com foco na construção do *ethos* discursivo da narradora e na mobilização das emoções como estratégias argumentativas. O objetivo é compreender de que forma a linguagem sustenta e performa esse contradiscurso, ativando a memória como forma de resistência simbólica e política.

3 Gesto de análise

Nas seções abaixo, propomos uma leitura mais atenta do testemunho de Nair Yumiko Kobashi, focada em dois aspectos centrais de sua construção discursiva: a forma como a narradora se inscreve no texto, projetando uma imagem de si que sustenta sua posição enunciativa, e a mobilização de afetos por meio das tópicas que organizam as emoções como estratégias de produção de sentido. Tais aspectos permitem compreender o testemunho como espaço de negociação simbólica entre o vivido e o narrado.

3.1 Ethos discursivo e o sujeito do testemunho

No campo da Análise do Discurso, a noção de *ethos*, tal como desenvolvida por Ruth Amossy (2008), constitui uma categoria analítica importante para compreender como os sujeitos constroem discursivamente uma imagem de si. Essa imagem é forjada no interior do enunciado,⁶ por meio de escolhas linguísticas, estilísticas e temáticas que compõem sua materialidade linguístico-discursiva.⁷ O *ethos*, nesse sentido, configura-se como um efeito de linguagem e, ao mesmo tempo, como um recurso argumentativo que visa garantir a credibilidade, a legitimidade e a adesão do interlocutor.

No contexto do testemunho, essa construção adquire especial relevância: o sujeito enunciador posiciona-se como alguém que vivenciou diretamente os eventos traumáticos que narra, reivindicando um lugar de legitimidade discursiva. Entretanto, essa legitimidade não é garantida a priori, ela precisa ser construída no próprio discurso por meio de marcas de envolvimento afetivo, de veracidade e de responsabilidade ética com a memória compartilhada.

Como salienta Amossy (2008), o *ethos* não se resume à “imagem de si” que o locutor deseja projetar, mas emerge da interação entre o conteúdo enunciado, as formas de dizê-lo e os efeitos de sentido que produz junto ao interlocutor.

No testemunho de Nair Yumiko Kobashi, é possível identificar a construção de um *ethos* que conjuga fragilidade e força, dor e resistência. A autora se inscreve discursivamente como sobrevivente da prisão política, mas também como alguém capaz de narrar, com lucidez e sensibilidade, a complexidade de sua experiência.

Desde o início do seu relato, Kobashi adota um tom reflexivo e ético, consciente das limitações da memória:

Após tantos anos, as lembranças se embaralham – dou-me conta (...) são fatos que aconteceram há 25 anos! (...) quando revirmos nossos baús, às vezes encontramos coisas que não nos agradam e que preferimos ter esquecido. Resultam fragmentos, retalhos que precisam ser costurados para adquirir algum sentido (Kobashi, 1997, p. 310).

⁶ Neste estudo, o termo *enunciado* é utilizado no horizonte da Análise do Discurso de orientação retórico-discursiva, designando o testemunho de Nair Yumiko Kobashi como unidade discursiva situada e historicamente determinada, em consonância com a perspectiva discursiva adotada por Amossy (2008).

⁷ Ao longo do artigo, adotamos a expressão *materialidade linguístico-discursiva* para designar o conjunto de marcas linguísticas e enunciativas do testemunho, interpretadas em articulação com suas condições históricas de produção e com seus efeitos de sentido. O termo *texto* é empregado em seu sentido corrente, como referência ao objeto empírico analisado.

Essa admissão não compromete sua autoridade narrativa - ao contrário, consolida uma imagem de si atravessada pela consciência dos limites de relatar o trauma e, ao mesmo tempo, pela coragem de enfrentá-lo.

A ambivalência da rememoração também é tematizada de modo explícito pela narradora. Em outro momento, Kobashi reconhece as tensões afetivas que emergem ao revisitar o passado:

Revisitar a memória para falar do presídio Tiradentes não é fácil. O presídio evoca sentimentos ambivalentes. De um lado, aqueles relacionados à dor causada pelo confinamento – prisão costuma rimar com dor. De outro, gestos de generosidade, de solidariedade, de afeto, de alegria. Das lembranças guardadas, são essas últimas as mais significativas e permanentes para mim (Kobashi, 1997, p. 310).

Esse movimento de valorização da memória afetiva, mesmo diante do trauma, é fundamental para a construção da imagem ética e complexa da enunciativa. Ao destacar os gestos de solidariedade que marcaram sua vivência no cárcere, Kobashi se posiciona como alguém que não apenas sobreviveu, mas elaborou ativamente sua experiência, recusando o enquadramento exclusivo pela dor. Trata-se de um gesto discursivo que amplia o horizonte do testemunho, ao propor uma política da memória centrada na preservação daquilo que sustentou a vida. A evocação da alegria e do afeto não encobre a violência sofrida – antes, convive com ela, revelando a força de vínculos que resistiram mesmo sob as condições extremas da prisão.

A dimensão coletiva da memória é outra marca constitutiva da imagem de si projetada pela narradora. Kobashi evoca de modo constante suas companheiras de cela e as experiências compartilhadas: “compartilhávamos as mesmas celas durante todo o período de prisão” (p. 311), “preparávamos nossa própria comida. Esse ato revestia-se de um significado especial para mim. Apesar da precariedade da cozinha, era possível preparar comidas memoráveis” (p. 311) e “ainda hoje nos reunimos, e, como comadres, cozinhamos, comemos, relembremos” (p. 311). Essas passagens reforçam a imagem de uma mulher inserida em um coletivo afetivo, cuja memória é partilhada e legitimada pelo vínculo com outras mulheres.

Ao empregar recorrentes formas de referência coletiva – como construções verbais que enfatizam a experiência partilhada (“compartilhávamos”, “preparávamos”, “nos reuníamos”), a narradora constrói um *ethos* que dilui a centralidade do “eu” e se ancora na vivência coletiva, reforçando sua legitimidade discursiva, nos termos propostos por Amossy (2008).

O sujeito enunciativo se apresenta, assim, não como voz isolada, mas como parte de uma comunidade de apoio mútuo, situada entre a memória individual e a memória coletiva.

Por fim, é possível reconhecer no testemunho uma construção discursiva voltada à resiliência. Ao narrar sua saída da prisão, Kobashi afirma: “Saí da prisão em outubro de 1973, sob o som da ‘Internacional’, cantada de forma tocante pelas amigas que ficaram. Sentia-me forte, emocionalmente recomposta e com coragem para reorganizar a vida” (p. 313). O tom de reinício que atravessa esse trecho reforça a imagem de uma mulher que, embora marcada pela violência, não se deixa definir, exclusivamente, por ela. Ao projetar um futuro possível, a narradora reafirma sua capacidade de reconstrução subjetiva e sua disposição ética para transformar a dor em memória ativa.

Dessa forma, o *ethos* discursivo de Nair Kobashi não apenas sustenta a credibilidade de sua fala, mas opera como estratégia argumentativa que convoca o leitor à escuta e ao reco-

nhecimento da experiência narrada. É a partir dessa imagem de si, afetiva, solidária, reflexiva e resistente, que sua narrativa mobiliza os afetos como formas de saber e como instrumentos de resistência simbólica, conforme veremos a seguir.

3.2 Tópicas da emoção e afeto como argumento

A análise do testemunho de Nair Yumiko Kobashi permite observar como as emoções não se apresentam como simples efeitos ornamentais ou manifestações subjetivas, mas como operadores discursivos que organizam a memória estruturando sentidos e instaurando vínculos entre narradora e leitor. Com base na teoria das *tópicas da emoção*, proposta por Christian Plantin (2010), compreendemos que as emoções, ao serem convocadas no texto, ganham espessura discursiva ao se apoiarem em lugares discursivos socialmente legitimados, os chamados *lugares psicológicos*, que, ao serem mobilizados, provocam adesão, estabelecem vínculos e estruturam posições éticas e políticas no interior do discurso.

Na perspectiva de Plantin (2010), a emoção se constrói discursivamente não pela nomeação direta de estados afetivos, mas por meio de mecanismos argumentativos que ancoram o afeto em situações típicas, práticas recorrentes e valores compartilháveis. No testemunho de Kobashi, cenas como a partilha da comida, a troca de cartas, a espera coletiva e a manutenção da esperança funcionam como mecanismos de construção da emoção, permitindo que o leitor reconheça, avalie e se implique afetivamente na experiência narrada.

Como discutimos em trabalho anterior (Abreu-Aoki; Arcanjo, 2023), as tópicas afetivas organizam o discurso em torno de lugares psicológicos compartilháveis, que respondem a perguntas como: quem sente? por que sente? o que está em jogo? quais são as consequências sociais dessa emoção? Em *Pequenas estratégias de sobrevivência*, essas perguntas são respondidas, muitas vezes, por meio da evocação de práticas comuns e gestos cotidianos que, longe de serem neutros, carregam valores que sustentam uma ética do cuidado, da solidariedade e da coletividade.

Um primeiro exemplo aparece na valorização dos vínculos familiares mantidos a partir da prisão. Kobashi relembra: “As famílias, que já se encarregavam de tantas coisas, nos forneciam também os mantimentos. Meu irmão Ken, por exemplo, nos supriu de verduras, legumes e frutas durante todo o período em que ficamos no Tiradentes” (p. 312). Aqui, o discurso ativa uma *tópica do apoio externo*, em que o cuidado da família adquire uma dimensão simbólica e afetiva. A alimentação, mais do que uma necessidade física, transforma-se em forma de presença, gesto de sustentação mútua que rompe com o isolamento imposto pelo encarceramento.

Outro trecho aciona uma *tópica da partilha simbólica do tempo*: “Às seis da tarde fechava-se o portão de ferro da Torre e acendiam-se as luzes, que assim permaneciam durante a noite toda, mesmo dentro das celas” (p. 312). Essa descrição, aparentemente factual, organiza o tempo prisional como espaço de convivência. As luzes acesas, além de indicarem vigilância, podem ser lidas como símbolo ambíguo: ao mesmo tempo em que expõem, também mantêm viva a possibilidade de trocas, encontros, conversas. O afeto, nesse caso, não é anunciado diretamente, mas insinuado como condição que torna suportável o cotidiano carcerário.

Há ainda, no relato, a mobilização de uma *tópica do afeto como mediação coletiva*, perceptível na referência às duplas de cozinheiras: “Para muitas outras duplas de cozinheiras, fazer

belas comidas era uma forma de expressar afeto. Pequenos gestos que, naquele contexto, adquiriam significados especiais” (p. 312). O preparo da comida torna-se uma linguagem silenciosa de cuidado, que reforça a partilha como valor discursivo. A ação de cozinhar junta corpos, histórias e subjetividades, operando como gesto de sustentação material e simbólica.

A construção de uma memória coletiva sensível também emerge na *tópica do espaço reorganizado pelo afeto*. Kobashi narra como “se conspirava” dentro da Torre (p. 312), não apenas no sentido político restrito, mas para discutir textos, aparar conflitos e compartilhar ideias. Essas reuniões noturnas ativam no discurso um lugar emocional de troca e reconstrução. O ambiente da cela deixa de ser um espaço unicamente de clausura e se transforma em território relacional, sustentado por uma escuta atenta e uma rede de pertencimento.

Por fim, observamos também a *tópica da resistência serena*, ativada no reconhecimento do esforço coletivo para manter a coesão entre as mulheres presas: “Eram pessoas serenas que tentavam, acima de tudo, preservar a unidade na Torre. Em geral, os resultados eram positivos” (p. 312). Essa serenidade não demonstra apatia, mas sim, um posicionamento ético diante da adversidade. O afeto se torna argumento quando sustenta a manutenção do vínculo mesmo em situações de conflito – um modo de resistir sem violência, de sustentar a dignidade em silêncio.

Assim, a análise das *tópicas da emoção* no testemunho de Nair Yumiko Kobashi revela que o afeto não é adereço estilístico, mas eixo estruturante da narrativa. Ele organiza os valores em torno dos quais a memória se articula e projeta uma ética da convivência como forma de resistência simbólica.

E quando, já fora do cárcere, a narradora escreve que “pude realizar alguns sonhos: apagar as luzes antes de dormir, ver o horizonte, caminhar por esta cidade que deixava de ser apenas uma parede” (p. 313), seu testemunho se abre à poesia do cotidiano reencontrado. A linguagem do afeto, cultivada nos gestos mínimos da sobrevivência, transforma-se em linguagem de liberdade – uma liberdade que caminha devagar, mas firma seus passos na memória partilhada.

4 Considerações finais

Neste artigo, por meio da análise discursiva do testemunho de Nair Yumiko Kobashi, intitulado “Pequenas estratégias de sobrevivência”, publicado na coletânea *Tiradentes: um presídio da ditadura* (Freire; Almada; Ponce, 1997), buscamos compreender de que forma a linguagem sustenta e performa um (contra)discurso de resistência, ativando a memória como forma de resistência simbólica e política. Como procuramos demonstrar ao longo da análise, a narrativa de Kobashi se constitui como um gesto enunciativo que inscreve na cena pública uma memória sensível, ética e insurgente da repressão vivida durante a ditadura civil-militar brasileira, projetando um legado pós-memorial capaz de interpelar tanto o presente quanto as futuras gerações.

Do ponto de vista dos resultados da análise, evidenciou-se que esse contradiscurso se constrói por meio de procedimentos linguístico-discursivos específicos. Observou-se que a mobilização dos afetos, a valorização do cotidiano partilhado e a construção de um *ethos* discursivo ancorado na experiência vivida permitem à narradora ressignificar a experiência carcerária, deslocando-a de uma narrativa centrada exclusivamente na violência para uma

memória marcada pela solidariedade, pelo cuidado e pela vida em comum. Ao transformar gestos ordinários – como cozinhar em duplas, partilhar mantimentos, trocar cartas e manter a esperança – em núcleos de sentido, o testemunho converte o cotidiano em argumento ético-político, demonstrando como a linguagem não apenas representa a experiência traumática, mas a performa como resistência simbólica e política.

Nesse processo, a memória não se apresenta como simples recordação do passado, mas como prática discursiva ativa. Como nos lembra Seligmann-Silva (2022, p. 20), manter “a memória da ditadura é fundamental se quisermos construir um país mais igualitário e democrático”. Para Mônica Sette Lopes (2018, p. 50), a grande função da memória - feita de fragmentos e detalhes - é “sobreviver para testemunhar”. A autora recorre a Olivier Abel para dizer que “o passado esquecido está sempre presente, repete-se e reproduzir-se-á ainda. O horror não acabou por estar ‘esquecido’, prosseguirá infinitamente enquanto uma palavra não tiver rompido o esquecimento e aceite consistir em memória” (Abel, 1999, p. 126 apud Lopes, 2018, p. 51).

À luz dessas reflexões, entendemos que o testemunho de Kobashi cumpre uma dupla função: romper o silêncio imposto pela repressão e afirmar a lembrança. Ao narrar os pequenos gestos da vida carcerária – cozinhar em duplas, partilhar mantimentos, trocar cartas, manter a esperança – a autora reinscreve sentidos que convocam o leitor à escuta e à coautoria da memória. Em sua materialidade linguístico-discursiva, o testemunho revela como a dor pode ser significada pela solidariedade e como o silêncio pode ser preenchido pelo cuidado com o outro.

Essa elaboração da memória, que articula o vivido e o partilhado, ultrapassa a esfera da experiência individual e se projeta como pós-memória – uma herança afetiva que envolve o leitor em uma relação ética com o passado. Como analisado ao longo do texto, Kobashi não se limita à denúncia: ressignifica o trauma ao valorizar o cotidiano, o afeto e a solidariedade como forma de resistência. Nesse gesto, constrói um *ethos* discursivo potente, transforma o ordinário em argumento político e projeta a pós-memória como força ativa de transmissão.

Seu relato, ancorado em experiências singulares, contribui, assim, para a consolidação de uma política da memória que resiste ao apagamento, sustenta o compromisso com a história e afirma a linguagem como espaço de liberdade. Como nos lembra a própria autora, já em liberdade, “pude realizar alguns sonhos: apagar as luzes antes de dormir, ver o horizonte, caminhar por esta cidade que deixava de ser apenas uma parede” (p. 313). Em seu gesto de narrar, Kobashi não apenas testemunha o que viveu: tece, com fios dos afetos e da escuta, uma memória que permanece e continua a interpelar o presente.

Dedicatória

Dedicamos este artigo a Nair Yumiko Kobashi e a todas as mulheres que, ao resistirem à ditadura civil-militar brasileira, transformaram a experiência da violência em gesto de coragem, memória e luta por um país mais justo e democrático.

Declaração de autoria

As duas autoras contribuíram de forma relativamente equânime para a redação e revisão de todo o artigo.

Agradecimentos

A segunda autora agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento recebido na forma de Bolsa de Produtividade em Pesquisa (Processo n. 315109/2023-8).

Referências

ABEL, O. Justiça e mal. In: GARAPON, A; SALAS, D. *A justiça e o mal*. Trad. Maria Fernanda de Oliveira. Lisboa: Piaget, 1999. Apud LOPES, M S. A crônica da justiça. Belo Horizonte: Initia Via, 2018. 258p.

ABREU-AOKI, R; ARCANJO, F. Á. Emoções e memória nos testemunhos de crianças atingidas pela ditadura militar no Brasil. In: LIMA, H. M. R. de; ABREU-AOKI, R.; MAZZOLA, R. (orgs.). *Retórica, argumentação e emoções: itinerários convergentes*. Campinas: Pontes, 2023. p. 109-132.

ABREU-AOKI, R.; KOBASHI, N. Y. Narrativas entrelaçadas: discurso, memória e verdade na reconstrução da história brasileira. In: MOURA, J. B. de; ROCHA, M. S. da; TOMAZ, P. R.; LOPES, M. (orgs.). *Argumentação, retórica e análise do discurso*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2025. p. 169-191.

AMOSSY, R. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. Tradução de Eliana Aguiar. São Paulo: Contexto, 2008.

BRAGA, S. C. Fiction, Postmemory and Transgenerational Trauma: literary possibilities through the Shoah Paradigm. *Práticas da História*, Lisboa, n. 17, p. 263-294, 2023. DOI: <https://doi.org/10.48487/pdh.2023.n17.28468>

BRUNER, J. *Actual minds, possible worlds*. Cambridge: Harvard University Press, 1986. 228p.

BRUNER, J. *Making stories: law, literature, life*. Cambridge: Harvard University Press, 2002.

DAS, V. *Life and Words: Violence and the Descent into the Ordinary*. Berkeley: University of California Press, 2007.

FELMAN, S; LAUB, D. *Testimony: Crises of Witnessing in Literature, Psychoanalysis, and History*. New York: Routledge, 1992.

FICO, C. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FREIRE, A.; ALMADA, I.; PONCE, J. A. de G. (orgs.). *Tiradentes, um presídio da ditadura*. Memórias de presos políticos. São Paulo: Scipione, 1997.

GUTERMAN, M. *Holocausto e memória*. São Paulo: Contexto, 2020.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro Editora, 2006.

HIRSCH, M. Family pictures: *Maus*, mourning, and post-memory. *Discourse*, Detroit, v. 15. n. 2, p. 3-29, Winter 1992-1993. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41389264>. Acesso em: 17 mai 2025.

HIRSCH, M. *Family Frames: Photography, Narrative and Postmemory*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1997.

HIRSCH, M. *The Generation of Postmemory: Writing and Visual Culture After the Holocaust*. New York: Columbia University Press, 2012.

KOBASHI, N. Y. Pequenas estratégias de sobrevivência. In: FREIRE, A.; ALMADA, I.; PONCE, J. A. de G. (orgs.). *Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias de presos políticos*. São Paulo: Scipione Cultural, 1997. p. 309-313.

LINS, S. L. da F. Corpos feitos de memória: subjetivação e construção dos corpos femininos durante a ditadura civil-militar brasileira (1969-1972). *Revista Temporalidades*, Belo Horizonte, v. 1, n. 13, p. 30-38, 2019. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/sures/article/view/1806>. Acesso em: 29 abr 2025.

LOPES, M. S. *A crônica da justiça*. Belo Horizonte: Initia Via, 2018.

MATTOS, A. M. de. Linguística Aplicada e transdisciplinaridade: as potencialidades da pós-memória. In: FREIRE, R. G. S.; MAROSINI FILHO, C. B.; VALIAS, T. B. O.; FIGUEIREDO, L. M. B. de; SOUZA, W. E. de; OLIVEIRA, A. L. A. M. (orgs.). *Linguística em debate: desafios e perspectivas - pesquisas desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UFMG*. Campinas - SP: Pontes Editores, 2023. p. 571-591.

MATTOS, A. M. de; CAETANO, É. A. Memória, pós-memória e formação crítica de professores de línguas. *Línguas & Letras*, [S. l.], v. 20, n. 46, p. 167-186, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.5935/1981-4755.20190010>.

MATTOS, A. M. de; COURA, M. A. História, Memória e Pós-memória: presente, passado e futuro na formação crítica de professores de inglês. In: CAETANO, E. A. (org.). *Pós-memória e decolonialidade no ensino de línguas no Brasil: as origens do status quo*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. p. 179-221.

NAPOLITANO, M. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

OLIVEIRA, A. Identidade, memória e a ecranização. O indivíduo e a experiência na era hipermoderna. *Vista*, Braga, n. 2, p. 264-283, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/37690187/Identidade_mem%C3%B3ria_e_a_ecraniza%C3%A7%C3%A3o._O_indiv%C3%ADduo_e_a_experi%C3%AAn-cia_na_era_hipermoderna. Acesso em: 19 jan. 2019.

PLANTIN, C. As razões das emoções. Trad. Emília Mendes. In: MENDES, E.; MACHADO, I. L. *As emoções no discurso*. v. II. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2010, p. 57-80.

PONCE, J. A. de G. E por que o presídio Tiradentes? In: FREIRE, A.; ALMADA, I.; PONCE, J. A. de G. (orgs.). *Tiradentes: um presídio da ditadura*. Memórias de presos políticos. São Paulo: Scipione, 1997. p. 21-24.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. Tradução de Cláudia Berretta Silva. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/issue/view/306>. Acesso em: 25 abr 2025.

SELIGMANN-SILVA, M. *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. Campinas: Editora UNICAMP, 2022.

SELIGMANN-SILVA, M. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-56652008000100005>

TORRE DAS DONZELAS. Direção: Susanna Lira. São Paulo: Modo Operante Produções, 2018. vídeo (documentário, 92 min), son., color. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/torre-das-donzelas/t/5p9sXM2wvw/>. Acesso em: 18 mai 2025.